

Introdução

O fosso entre pobres e ricos está maior do que nunca – e continua crescendo –, de acordo com a maioria dos métodos de medição. Mesmo depois de maciças transferências econômicas feitas durante três “décadas de desenvolvimento”, a partir de 1970, e de trilhões de dólares na forma de “ajuda ao desenvolvimento”, a situação ainda é sombria e continua piorando em muitos lugares. Metade da população mundial vive com menos de dois dólares por dia. Em um considerável número de países os salários reais atingiram o pico lá atrás, na década de 1970. Calcula-se que em 1750 o fosso entre as nações mais pobres e as mais ricas existia na proporção de dois para um; desde então, ele só tem aumentado.

O objetivo deste trabalho é explicar os mecanismos que produziram esse resultado, de uma forma que seja acessível a leigos interessados de qualquer parte do mundo. Mas o livro não deve ser visto como uma tentativa de popularizar o pensamento econômico dominante. Ao contrário, ele pretende contribuir para refutar a atual ortodoxia das políticas econômicas e para reanimar uma tradição econômica consagrada, tendo como ponto de partida o único laboratório disponível para os economistas: a história.

O custo humano da pobreza é enorme. Os anos de vida perdidos por causa da mortalidade infantil, de doenças passíveis de prevenção e da baixa expectativa de vida acumulam-se em números aterradores. Conflitos e guerras civis por recursos escassos causam dor e sofrimento, geralmente evitáveis em países ricos. A isso podemos adicionar o provável impacto da degradação ambiental sobre os desfavorecidos. Em sociedades pobres, nas quais tais círculos viciosos são facilmente produzidos, a única forma de satisfazer

as necessidades de uma população crescente é aumentar a exploração da natureza.

Desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, a ordem econômica mundial tem se baseado em uma teoria econômica que “prova” o oposto daquilo que se observa na realidade. Presume-se que o livre-comércio mundial nivelará eventuais diferenças de salários entre os países pobres e ricos. Desde que a humanidade não interfira nas “forças naturais” do mercado, desde que o princípio do *laissez-faire* seja posto em prática, o progresso e a harmonia econômica reinarão. Já em 1926, John Maynard Keynes (1883-1946) – o economista inglês que diagnosticou a depressão da década de 1930 – escreveu um livro intitulado *The End of Laissez-faire* [O fim do *laissez-faire*]. Mas a queda do Muro de Berlim desencadeou uma euforia quase messiânica em relação a uma economia mundial que, finalmente, corresponderia aos anseios teóricos. Renato Ruggiero, primeiro secretário-geral da Organização Mundial de Comércio, declarou que devíamos pôr em ação “o potencial da economia sem fronteiras em equilibrar as relações entre países e regiões”. Essa crença é o cerne da ideologia do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Desde o início da década de 1990 essas instituições de Washington apoderaram-se, para todos os efeitos práticos, da gestão pública da maioria dos países pobres. Para muitas regiões do globo, o resultado tem sido o pandemônio.

Um abismo separa a realidade do Terceiro Mundo e a visão de Ruggiero e das instituições de Washington. Para onde os profetas da nova ordem mundial previram harmonia, vemos penúria, guerra e o progressivo colapso ambiental. Hoje, lentamente, começamos a enxergar a realidade. Em 1992, Francis Fukuyama, filósofo americano especialista em política externa e defensor da democracia liberal, saudou o fim da Guerra Fria como o “fim da história” em seu livro *The End of History and the Last Man* [O fim da história e o último homem], mas em 2006, em seu livro *After the Neocons. America at the Crossroads* [Depois dos neoconserva-

dores: a América na encruzilhada], renunciou às ideias anteriores. Como observa agora, os neoconservadores pensavam que a democracia era o modelo-padrão para o qual as sociedades tenderiam quando ocorressem mudanças de regime, e não um longo processo de construção e reforma de instituições.

Este livro defende uma tese análoga sobre a economia. Economistas neoliberais argumentam que o crescimento econômico e o bem-estar são o modelo-padrão se as intervenções no mercado forem removidas, e não o resultado de um longo processo de construção de uma forma específica de estrutura econômica. Na compreensão do crescimento econômico, o *Zeitgeist* [espírito do tempo] do mundo passa por uma curva de aprendizado semelhante à de Fukuyama entre 1992 e 2006.

O mundo já passou por choques de visão semelhantes entre as teorias da harmonia econômica e a brutal realidade. Temos muito a aprender com essas experiências. Precisamos abandonar uma teoria que propõe a harmonia econômica como um resultado matemático automático, ou como sendo divinamente premeditada, e voltar para uma teoria em que a harmonia econômica resulta de políticas conscientes. Reconstituiremos assim os estágios de Voltaire, um dos grandes defensores do Iluminismo europeu.

Em 15 e 16 de janeiro de 1759, Voltaire enviou secretamente cópias de seu novo romance *Cândido, ou o otimismo* para Paris, Amsterdam, Londres e Bruxelas. No que chamaríamos hoje de “inovação de *marketing*”, as cópias chegaram a esses grandes centros europeus de comércio de livros e foram publicadas em uma data predeterminada. As razões desse sigilo eram duas. Voltaire tentava vender o maior número de exemplares antes que a obra fosse pirateada e, além disso, procurava levar sua mensagem revolucionária ao maior público possível, antes que as autoridades percebessem os perigos representados por suas ideias e decidissem proibi-las. Por toda a Europa, a polícia apreendeu cópias de *Cândido* e destruiu os prelos que imprimiam novas edições. O Vaticano incluiu o trabalho de Voltaire no seu *Index* de livros proibidos.

Tudo em vão: o pequeno volume tornou-se o maior fenômeno editorial do século XVIII, um maremoto intelectual que as tiranias política e eclesiástica não conseguiram conter.

A história de Voltaire acompanha o jovem Cândido ao fugir de casa (não totalmente por vontade própria) para conhecer o mundo que ele acreditava ser “o melhor dos mundos possíveis”, conforme ensinava o sábio professor Pangloss, seu mestre em “metafísico-teológico-cosmológico-nigologia”. Voltaire atacava o determinismo otimista que atribuía a forças externas – a providência, a fé, as deidades ou os mercados – a capacidade de promover transformação e mudança sem a intervenção humana. O que Cândido encontrou foi um mundo sanguinário, com pobreza, exércitos saqueadores, perseguição religiosa, terremotos e naufrágios, um mundo onde sua noiva, a adorável Cunegundes, foi estripada por soldados “depois de ter sido violada tantas vezes quanto possível”, antes de ser vendida como escrava. Mesmo assim, Pangloss continuava a pregar que aquele era o “melhor dos mundos possíveis”, a ponto de o jovem Cândido perguntar: “Se este é o melhor dos mundos, como são os outros?”

Com *Cândido*, Voltaire tentava emancipar a Europa da escravidão mental do professor Pangloss. Muitos dos que dirigem a ortodoxia econômica mantêm semelhante e desastroso otimismo, de modo que uma emancipação análoga se faz necessária. A atual teoria econômica panglossiana é criada de cima para baixo, com base em premissas arbitrárias e metáforas da astronomia e da física. Essa teoria retrata um universo harmonioso construído sob medida para a moda teórica dominante. A teoria alternativa, que alguns de nós tentamos reviver, é construída a partir de baixo, com base em observações de uma realidade que muitas vezes não é favorável ao desenvolvimento econômico. Em vez de tentar “remover os obstáculos” à prosperidade, o desenvolvimento deve ser visto como aquilo que sempre foi: o resultado de políticas conscientes e intencionais.

Na lógica panglossiana, tudo o que acontece é racionalizado de maneiras que contradizem o senso comum e as formas razoáveis de pensar. Por exemplo, algumas instituições de Washington às vezes argumentam que o êxodo maciço de pessoas do Terceiro Mundo, induzido pela ausência de verdadeiros postos de trabalho, é “positivo”, pois as remessas dessas pessoas aos parentes deixados para trás melhoram o balanço de pagamentos dos países pobres. Diariamente, inúmeros imigrantes arriscam (e muitos perdem) as vidas tentando escapar das áreas com população excessiva para chegar a áreas com riqueza excessiva. Os que sobrevivem padecem de exploração e de hostilidade em seus novos países para que seus parentes possam ser salvos da miséria absoluta.

As premissas centrais dos modelos que estabelecem “o melhor dos mundos possíveis” quase nunca são questionadas. A realidade tende a ser filtrada de modo a excluir observações que estejam em desacordo com os resultados esperados. Quando a realidade se torna inoportuna, procuram-se explicações que se afastam do modelo central. A pobreza se torna uma consequência da raça, da cultura ou da geografia. Culpa-se tudo, menos a ortodoxia econômica. Como o modelo econômico panglossiano é visto como perfeito, qualquer explicação de seu fracasso tem de ser encontrada em fatores que estão fora da economia.

Eis a mensagem de Voltaire: o mundo não é perfeito, deve-se procurar melhorá-lo e não simplesmente deixar que as coisas sigam o seu curso. Por isso as autoridades da época tentaram reprimi-la. Manter coesa a sociedade civil – sem falar em atingir algo como “progresso” – requer um esforço imenso e uma vigília constante. As reformas do Iluminismo e as sociedades comerciais que surgiram em toda a Europa ficaram em grande dívida com o espírito de *Cândido*.

No século XXI, num momento em que começamos a ver a imensidão do espaço e o caráter aleatório da evolução, a percepção de Voltaire – de que o mundo não pode ser desenhado pelos

caprichos da espécie humana – deveria ser mais evidente. No entanto, políticos e economistas continuam a dizer, com a certeza e a autoridade de teólogos mortos, que o mundo seria perfeito se praticássemos o *laissez-faire* e deixássemos os instintos individuais (que são aceitos como “racionais”) interagir livremente, sem intervenção. Alguns sustentam que devemos privatizar instituições básicas, como o sistema jurídico, e subordinar toda a sociedade à harmonia providencial do mercado. Um mercado supostamente perfeito nos protegeria de qualquer dano provocado por uma justiça privatizada.

A harmonia não é o estado natural da sociedade. É ingenuidade pensar que as leis do cosmo – na medida em que existam – são sempre positivas para a sociedade e que a harmonia resulta de nos subordinarmos a essas leis. Muitas vezes é difícil diferenciar a fé no mercado e a fé na providência ou na benevolência de uma divindade onipresente. Alguém poderia perguntar: por que teria o cosmo sido feito sob medida para algo tão idiossincrático e historicamente contingente como a definição contemporânea de capitalismo e globalização? Ao nos livrar da fantasia de que leis naturais governam o enriquecimento das nações, podemos começar a avaliar como e por que determinadas políticas funcionaram no passado e como esses êxitos podem orientar as políticas no futuro.

Um dos principais alvos do ataque de Voltaire nos anos seguintes a *Cândido* foram *les économistes*, um grupo que a história do pensamento econômico classifica como fisiocratas (termo que sugere “regime da natureza”, da mesma forma que *democracia* significa “regime do povo”). A principal corrente econômica da atualidade traça sua linhagem até os fisiocratas, que acreditavam que a riqueza das nações vinha só da agricultura. Mas os fisiocratas não comandaram a política econômica por muito tempo. Quando o fizeram, como na França, suas políticas resultaram em escassez de alimentos e pobreza. Todos os intelectuais europeus importantes da época – como os franceses Voltaire e Diderot, o italiano Abbé Galiani e o escocês David Hume – eram antifisiocratas ferrenhos.

Mesmo na França, pátria da fisiocracia, os livros de economia mais vendidos e mais influentes, na época, foram contra os fisiocratas, cujo movimento nunca chegou à Inglaterra. Uma das razões para estudar a luta de Voltaire contra os fisiocratas é que podemos aprender observando teorias semelhantes, que produzem os mesmos resultados em circunstâncias parecidas. Hoje, o movimento do direito à alimentação reconhece que pode haver conflito entre o direito à comida e o princípio do livre-comércio. Em 1774, durante a escalada rumo à Revolução Francesa, o mesmo argumento foi apresentado por Simon Linguet, um francês antifisiocrata. Os atuais livros-texto de economia não explicam que os antifisiocratas venceram a batalha em torno de políticas práticas. A história da economia permanece em esplêndido isolamento não só em relação ao que ocorreu na política econômica real, mas também ao que ocorreu em disciplinas afins, como a filosofia, a área de Voltaire.

Este livro começa descrevendo diferentes tipos de pensamento econômico. Depois mostra por que devemos quebrar o virtual monopólio global da teoria dominante. A teoria de comércio do economista inglês David Ricardo, que remonta a 1817,¹ tornou-se o fundamento da ordem econômica mundial da atualidade. Em alguns contextos o livre-comércio torna as pessoas mais pobres, mas os governos ocidentais continuam insistindo nele e oferecem ajuda humanitária como incentivo para aceitá-lo. A boa vontade daqueles que pedem mais ajuda escamoteia a insensatez da atual ortodoxia econômica na execução de políticas reais. Assim, o dogma do livre-comércio global sobrevive, enquanto a generosidade e o idealismo agem para encobrir uma realidade surreal, às vezes corrupta e criminosa. Compreender os problemas subjacentes à teoria econômica atual e ressuscitar abordagens alternativas são pontos de partida essenciais.

O capítulo 1 trata da existência de diferentes tipos de teoria econômica e mostra que há uma lacuna frequente entre a retórica da “alta teoria” e a realidade prática das políticas econômicas.

O capítulo 2 traça a evolução da atual sequência canônica de autores, desde a fisiocracia, passando por Adam Smith e David Ricardo, até a economia do manual-padrão. Essa tradição é contrastada com o outro modelo de economia, mais antigo e menos abstrato, que proporcionou diretrizes para políticas econômicas quando as atuais nações ricas transitaram da pobreza à riqueza.

O capítulo 3 sustenta que aquilo que os economistas do Iluminismo chamaram de emulação² – não as “vantagens comparativas” e o “livre-comércio” – ocupa uma posição central no desenvolvimento bem-sucedido. Nesse contexto, emulação significa imitar a fim de igualar ou ultrapassar. Se a tribo do outro lado do rio deu o passo à frente, movendo-se da Idade da Pedra à Idade do Bronze, sua vizinha será confrontada com a escolha de se limitar às vantagens comparativas que tinha na Idade da Pedra ou tentar imitar aquela que passou para a Idade do Bronze. Antes de David Ricardo, havia pouca dúvida de que a emulação era a melhor estratégia. A mais importante contribuição da teoria do comércio de Ricardo foi ter transformado o colonialismo em algo moralmente defensável. Com ela, rejeitamos a ideia de que a estratégia de emulação tenha sido um ponto de passagem obrigatório para todas as nações que hoje são ricas e banimos as principais ferramentas da emulação. Esse capítulo recorre à história das políticas econômicas – quais políticas resultaram em desenvolvimento bem-sucedido no passado – para criar uma teoria do desenvolvimento desigual. Na economia de hoje, isso não é considerado como um domínio acadêmico legítimo. Ao contrário, a harmonia econômica está incorporada nas premissas básicas da atual teoria do comércio.

Há muitos argumentos bons para o livre-comércio, mas o capítulo 4 sustenta que o de David Ricardo não é um deles. Ao nos aprofundarmos um pouco mais na economia da produção, revelamos que os melhores argumentos em favor da globalização são também os melhores para prevenir os países pobres de entrar prematuramente na economia mundial. A teoria de Ricardo pare-

ce ser adequada em muitos contextos, mas isso acontece, essencialmente, pelas razões erradas. Mesmo assim, criticá-la é problemático, pois alguns aspectos seus são usados tanto pela esquerda quanto pela direita. Ela fornece à direita a “prova” de que o capitalismo e o comércio internacional irrestrito interessam a todos os habitantes do planeta. Tal prova baseia-se no que os economistas chamam de teoria do valor-trabalho, isto é, a ideia de que o trabalho humano é a única fonte de valor. A visão de mundo marxista baseia-se na mesma teoria. A meu ver, a teoria do valor-trabalho foi mais adequada para levar os trabalhadores industriais do século XIX às ruas do que para explicar a pobreza e a riqueza no mundo atual.

O matemático polonês Stanislaw Ulam certa vez perguntou a Paul Samuelson – economista americano e ganhador do Prêmio Nobel, que em 1949 teorizou que o livre-comércio tenderia a nivelar os salários no mundo – se ele poderia apontar uma ideia em economia que fosse universalmente verdadeira e não fosse óbvia. A resposta de Samuelson foi o princípio das vantagens comparativas: dois países necessariamente se beneficiam do exercício mútuo do livre-comércio desde que seus custos relativos de produção não sejam idênticos. Assim, um ataque à base filosófica da doutrina do livre-comércio expõe o crítico não só aos ataques de ambos os lados do eixo esquerda-direita, mas também compromete a alegação de que a economia é uma “ciência dura”. Este livro traz de volta tradições segundo as quais a economia não é e nunca será uma “ciência dura”.

O capítulo 5 argumenta que em muitos países pobres podemos observar o contrário do progresso e do desenvolvimento, com um retorno ao primitivismo e um retrocesso. Uso referências da Mongólia, de Ruanda e do Peru para explicar os mecanismos que causam esse retorno. Voltando ao exemplo das duas tribos acima, a lógica em voga há poucas décadas reconhecia que um nível de vida melhor pode ser atingido ao se entrar na Idade do Bronze, ainda que a tribo seguidora não seja tão avançada quanto a tribo

líder. A lógica que morreu com o Muro de Berlim foi a de que é melhor ter um setor industrial ineficiente do que não ter nenhum setor industrial, e a abordagem alternativa levou à queda dos salários reais em muitos países da Europa Oriental, Ásia, África e América Latina.

As respostas da principal corrente da economia aos desafios da pobreza são discutidas no capítulo 6. Para encontrar soluções é necessário distinguir os aspectos fundamentais do desenvolvimento econômico, de um lado, e aquilo que é efeito colateral ou apenas sintoma, de outro. Argumenta-se que, por não estarem dispostos a avaliar criticamente metáforas, premissas e postulados fundamentais da economia, os economistas foram recentemente confundidos por uma série de mitos;* procuraram respostas em toda parte, exceto nas questões fundamentais da esfera da produção. Os mesmos que estavam no comando na década de 1990 ainda são os líderes ideológicos da suposta renovação. É um pouco como pedir a Átila, o Huno conselhos sobre revitalização urbana.

O capítulo 7 defende que o conhecimento histórico do processo de desenvolvimento pode evitar a adoção de políticas que parecem lógicas, mas que são muito prejudiciais. Em contraste com o livre-comércio imposto aos países pobres, os países ricos restringem as importações de produtos agrícolas do Terceiro Mundo e subsidiam sua própria agricultura. Intuitivamente, a mais alta prioridade é dada à correção dessas práticas desleais, mas – como veremos a partir de exemplos do século XVIII – a eliminação de tarifas aduaneiras sobre a agricultura é uma das mais antigas armas do arsenal colonial. Por mais desleais que tais práticas pareçam, concentrar-se demasiadamente nelas pode levar a uma armadilha panglossiana: se tivéssemos *laissez-faire* e livre-comércio “perfeitos”, as profecias da harmonia econômica se tor-

* No original, *red herrings*, expressão que também pode ser entendida como “manobras diversionistas”: uma pista plantada intencionalmente para distrair a atenção do que realmente importa. [N.T.]

nariam reais. A atual retórica da Organização Mundial do Comércio (OMC) é a de que o Sul permanece pobre porque o Norte protege a própria agricultura. Tento mostrar que os famintos do Sul não se tornariam ricos se lhes fosse permitido vender seus alimentos ao Norte.

Não podemos enriquecer os pobres apenas a partir da nossa bondade franca e ingênua. O mundo é tão complexo que precisamos considerar cuidadosamente os efeitos sistêmicos e de longo prazo de nossas ações. Pessoas que notam o atraso da agricultura na África desejam ajudá-la, aumentando sua eficiência. Mas o economista e filósofo iluminista David Hume sugeriu que a melhor forma de melhorar a agricultura é por uma via indireta, modernizando primeiro a indústria manufatureira. Temos meio milênio de dados históricos para sustentar a percepção de Hume. Atingir um equilíbrio ótimo entre os diferentes setores econômicos em uma nação era parte importante da economia iluminista, mas esse tema foi esquecido.

Não criamos mais alimentos no Terceiro Mundo ao comer menos; hoje, a fome é essencialmente causada por falta de poder de compra, não por falta de oferta no planeta. Da mesma forma, não criamos desenvolvimento no Terceiro Mundo fechando a agricultura do Primeiro Mundo. Este livro sustenta que deveria ser firmado um acordo para permitir que o Primeiro Mundo proteja sua agricultura (impedindo-o de despejar seus excedentes nos mercados mundiais) e o Terceiro Mundo faça o mesmo com seus setores industriais e de serviços avançados. Só assim seremos coerentes com a bem-sucedida política de desenvolvimento dos últimos quinhentos anos.

Houve um esquecimento coletivo de como se criam nações ricas, uma arte que foi usada com sucesso há apenas cinquenta anos. Nossas respostas atuais aos desafios da pobreza, embora bem-intencionadas, equivalem a um ataque aos sintomas da pobreza, não a suas causas profundas. O capítulo 7 destaca os objetivos de desenvolvimento do milênio, que incluem metas como re-

duzir à metade o número de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia e a proporção das que passam fome, diminuir a incidência de doenças e da mortalidade infantil, além de metas educativas e ambientais. Nele, argumentamos que tanto os Objetivos do Milênio quanto a campanha Make Poverty History [Faça a pobreza virar história] inclinam-se demais para uma economia paliativa, que visa a aliviar as dores da pobreza, em vez de provocar mudanças estruturais fundamentais que resultem em verdadeiro desenvolvimento econômico. Em vez de criar democracia e desenvolvimento, essa abordagem – não obstante a nobreza das intenções – produzirá um colonialismo do bem-estar social capenga, em que os países ricos manterão seu poder político sobre os países pobres. Devemos fazer o possível, é claro, para aliviar o sofrimento por meio de ajuda humanitária, mas também precisamos assumir a tarefa mais importante de compreender como os países pobres podem se tornar ricos por si próprios. Defensores do livre-comércio costumam usar retórica semelhante em suas políticas, mas há uma diferença crucial: ao propor que as políticas de desenvolvimento devem prevalecer sobre as humanitárias, eu defendo um desenvolvimento que sirva aos pobres do mundo, não transferências passivas que, ao fim e ao cabo, representam um colonialismo disfarçado.

O capítulo 8 demonstra como é possível criar países de renda média, em que todos os habitantes têm uma finalidade na vida e o direito de satisfazer suas necessidades, além de poderem usufruir de alguns prazeres. Em termos de teoria e política econômica, isso não requer nenhuma medida mais radical do que retornar à prática de comércio e desenvolvimento tal como foi realizada logo depois da Segunda Guerra Mundial, como foi exemplificado na Carta de Havana, de 1948, da extinta Organização Internacional do Comércio (OIC): o livre-comércio deve se sujeitar a outros objetivos, que envolvam diretamente o bem-estar humano.

Este livro tem três grandes públicos em mente. Primeiro, meus colegas economistas: o principal objetivo teórico do livro é mos-

trar por que a teoria-padrão do comércio internacional, tal como aplicada hoje, não é adequada – e pode, de fato, ser “primitivizadora” – quando imposta a nações em níveis muito diferentes de desenvolvimento. A base teórica do livro é a economia evolucionária ou schumpeteriana,³ à qual adicionei elementos da escola histórica e da institucionalista, antiga e atual. A economia de Joseph Schumpeter (1883-1950) está em voga. O livro é fiel à preferência de Schumpeter pelos economistas continentais, e não pelos contemporâneos britânicos Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823). Deve-se manter em mente o veredicto de Schumpeter sobre a construção, abstrata demais, de Ricardo: “É uma excelente teoria que nunca poderá ser refutada e não carece de nada além de bom senso.”⁴ Tal como fizeram John Maynard Keynes (1883-1946) e Schumpeter, os dois mais importantes economistas do século XX, grande parte deste livro defende os princípios da teoria econômica pré-Adam Smith – o assim chamado mercantilismo –, mas em outro contexto. O material que considero mais interessante para os economistas profissionais aparece nos apêndices no final do livro.

Em segundo lugar, meu objetivo é que os leitores sem formação na matéria possam compreender futuros eventos ao terminarem de ler o livro. Hermeticamente embalado na linguagem da economia – que o livro tentará desmistificar – está o incontestável fato de que os países ricos tornaram-se ricos porque durante décadas, muitas vezes séculos, seus governos e suas elites dominantes instituíram, subvencionaram e protegeram indústrias e serviços dinâmicos. Eles emularam os mais prósperos países da época, conduzindo suas estruturas produtivas para as áreas em que a mudança tecnológica se concentrava. Assim, criaram rendas (uma rentabilidade acima do rendimento “normal”) que se distribuíram aos capitalistas na forma de lucros maiores, aos trabalhadores na forma de salários maiores e aos governos na forma de impostos maiores. Em essência, o colonialismo é um sistema que visa a evitar que esses tipos de efeitos sejam produzidos nas colônias. Países

pobres especializam-se em atividades que têm uma ou mais das três características a seguir: (a) estão sujeitas a rendimentos decrescentes, em vez de crescentes; (b) não apresentam potencial de aprendizagem; (c) os frutos da aprendizagem, em vez de produzirem riqueza local, são repassados aos consumidores dos países ricos na forma de preços mais baixos. Nessa perspectiva, o que chamamos de desenvolvimento é essencialmente uma renda baseada no conhecimento e na tecnologia, que frequentemente é reforçada, em vez de reduzida, pelo livre-comércio entre nações em níveis muito diferentes de desenvolvimento. Algumas nações se especializam em ser ricas, enquanto outras se especializam, de acordo com suas vantagens comparativas, em ser pobres.

Ambos os públicos devem compreender que as principais diferenças entre países ricos e pobres é que todos os países ricos passaram por uma fase sem livre-comércio, o que depois tornou o livre-comércio, quando bem-sucedido, desejável. Esse ponto de passagem obrigatório na história de todos os países hoje desenvolvidos está proibido: os países pobres não podem mais emular as estruturas econômicas dos países ricos. Mercados não vão erradicar a pobreza, do mesmo modo que não resolverão os problemas gerados pelo aquecimento global e a degradação do meio ambiente. Somente um público ousado e determinado dos países ricos pode assegurar que os governos dos países pobres disponham de liberdade para tomar decisões em benefício de seus cidadãos. Isso significa rejeitar tanto a pretensa racionalidade da ortodoxia do livre-comércio quanto a pretensa moralidade de um sistema de comércio global “mais justo” – um comércio justo [*fair trade*], nas condições atuais, com muita facilidade deixaria intacta a pobreza extrema. Significa, também, vigiar de perto nossos governos para que eles não interfiram ilegítimamente nos assuntos internos dos países pobres. Isto – não uma campanha pela redução de tarifas sobre bens agrícolas – é o que poderá ajudar os pobres do mundo.

Por último, uma palavra às pessoas que vivem em países pobres, o meu terceiro público. Espero que o livro ajude a mapear os

mecanismos que levam à riqueza e à pobreza, criando um arcabouço para se discutir como a pobreza extrema pode ser resolvida. Compreender os mecanismos em ação torna possível iniciar um debate e encontrar medidas para preencher o espaço político mais amplo que está se abrindo para os países pobres. Ao longo do texto, não almejo prescrever o que eu faria para estimular o desenvolvimento, e sim sugerir o que os grandes arquitetos do desenvolvimento europeu e norte-americano recomendariam hoje.

Se você tiver de levar algo deste livro, que seja isto: caso queira compreender as causas da prosperidade americana e europeia, estude as políticas de quem a criou, não o conselho de seus esquecidos sucessores.